

Processo: 026.909/2020-0
Natureza: Representação
Unidade Jurisdicionada: Ministério Público Federal
Responsável(eis): Não há.
Interessado(os): Não há.

DESPACHO

Trata-se de representações formuladas pelo Ministério Público de Contas e por Parlamentares acerca de possíveis irregularidades na gestão administrativa da força-tarefa da Operação Lava-Jato, do Ministério Público Federal (MPF), particularmente quanto aos valores despendidos com diárias, passagens e gratificações de desoneração de procuradores para atuarem com exclusividade na aludida Operação.

2. As representações foram formuladas pelo subprocurador-geral do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Rocha Furtado, (TCs 026.997/2020-7 e 005.472/2021-0, ambos apenas aos presentes autos) e por deputados federais (TCs 026.909/2020-0 – este processo – e 005.580/2021-8 – também apenso).

3. A SecexAdministração reconheceu expressivos valores pagos, porém registrou não ter identificado indícios contundentes de desvio de finalidade ou de outras irregularidades nos valores gastos no âmbito da Lava-Jato.

4. Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas para que se manifestasse quanto à proposta da SecexAdministração, o *parquet* entendeu ser necessário apurar o prejuízo ao erário decorrente do modelo adotado para a força-tarefa da Lava Jato, o qual envolveu o “pagamento constante e reiterado de diárias e passagens”, em vez da remoção dos procuradores envolvidos.

5. Segundo o Ministério Público de Contas, “a opção adotada – independentemente da finalidade da operação Lava Jato e dos resultados alcançados com os acordos de leniência – não representou o menor custo possível para a sociedade brasileira, ao tempo que resultou em interessante ‘rendimento extra’ em favor dos beneficiários, a par dos elevados valores das diárias percebidas” (peça 22).

6. Em complemento, o Ministério Público de Contas fez menção a matéria jornalística noticiando que diversos dos procuradores beneficiados com as diárias e passagens residiriam, à época da Lava-Jato, em Curitiba (<https://www.conjur.com.br/2021-mar-30/morador-curitiba-procurador-ganhou373-mil-diarias-curitiba>).

II

7. Diante da manifestação do *Parquet*, reitero o meu posicionamento registrado no despacho à peça 21.

8. O cerne da questão **não diz respeito à forma de organização finalística do Ministério Público Federal**, tampouco a questões que se imbricam com o exercício



mesmo das funções institucionais da Procuradoria. Diz respeito, na verdade, à **gestão puramente administrativa dos recursos humanos** daquele órgão público.

9. O modelo de gestão escolhido **deliberadamente** pela alta administração da Procuradoria-Geral da República adotou como regra a ser executada ao longo dos anos uma prática concebida para ser excepcional e limitada no tempo e no espaço exatamente porque é muito onerosa aos cofres públicos.

10. Os indícios são contundentes e suficientes para caracterizar, ao menos, as seguintes irregularidades:

a) falta de fundamentação adequada para a escolha desse modelo, visto que alternativas igualmente válidas não foram devidamente consideradas;

b) violação ao princípio da economicidade, porquanto o modelo escolhido mostrou-se mais dispendioso aos cofres públicos;

c) ofensas ao princípio da impessoalidade, tanto na opção pelo modelo mais benéfico e rentável aos participantes quanto na falta de critérios técnicos que justificassem a escolha de quais procuradores integrariam a operação.

11. A unidade instrutora menciona que os atos administrativos impugnados não poderiam ser alcançados por serem *interna corporis* e constituírem exercício da autonomia administrativa do órgão ministerial, bem como que estariam justificados pelos resultados proporcionados pela Operação Lava Jato.

12. Neste ponto, acompanho a análise feita pelo Ministério Público de Contas.

13. Reconheço ser discricionária a decisão de como o Ministério Público Federal deve operacionalizar suas atividades finalísticas e alocar seus membros. Ocorre que o ato discricionário não é infenso a controle, nem pode escapar da observância das regras e princípios que regem a atividade administrativa de modo geral. A escolha de um órgão público deve se pautar, necessariamente, pelos princípios administrativos, dentre eles, o da motivação, o da economicidade, o da razoabilidade e o da impessoalidade.

14. A discricionariedade pode ser caracterizada como a margem de “liberdade” que remanesce ao administrador para eleger, **segundo critérios consistentes de razoabilidade**, um, dentre pelo menos dois comportamentos, cabíveis perante cada caso concreto, **a fim de cumprir o dever de adotar a solução mais adequada à satisfação da finalidade legal**, quando, por força da fluidez das expressões da lei ou da liberdade conferida no mandamento, dela não se possa extrair objetivamente uma solução unívoca para a situação vertente (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 30ª ed., São Paulo: Malheiros, 2013).

15. O campo do exercício regular da discricionariedade alberga os atos e as condutas que, apreciados e executados administrativamente, **não possam ser recusados pela contrariedade racional e conforme o Direito** (ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. Princípios constitucionais da administração pública. Livraria Del Rey Editora, 1994).

16. Vale dizer, embora seja ampla, não é completamente desprovida de margens a janela por onde uma determinada conduta pode trafegar para que passe a integrar o campo jurídico do **exercício regular** do poder discricionário.

17. Por essa razão, a doutrina não encontra qualquer dificuldade em admitir que atos discricionários praticados dentro dos estritos marcos legais devem ser revistos se, por exemplo, violarem princípios constitucionais, adotarem solução flagrantemente desarrazoada, não se lastrearem em motivação adequada ou forem cometidos com desvio



de finalidade (GUERRA, Sérgio Antônio Silva. Controle judicial dos atos regulatórios. Editora Lumen Juris, 2005; SOUTO, Marcos Juruena Villela. Direito administrativo regulatório. Lumen Juris, 2005; BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 30ª ed., São Paulo: Malheiros, 2013; entre outros).

18. O próprio Tribunal de Contas da União admite controlar os atos discricionários ou adentrar o mérito administrativo quando a decisão está em descompasso com o princípio da economicidade, tendo em vista as demais alternativas. Cito pacífica jurisprudência nesse sentido:

O conteúdo de ato administrativo discricionário pode se submeter à apreciação do TCU quando o órgão ou a entidade jurisdicionada afasta-se dos princípios constitucionais implícitos e explícitos a que se submete, entre os quais os da motivação, da eficiência e da economicidade. (Acórdãos 2.061/2021-TCU-Plenário, Redator Vital do Rego, e 2.470/2013-TCU-Plenário, Relator Augusto Sherman).

No âmbito do controle de economicidade do ato administrativo - respaldado pelo art. 70, caput, da CF/88, e que compreende a avaliação da legitimidade dos aspectos relacionados à eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública -, é cabível ao Tribunal adentrar o mérito administrativo, nos casos em que a decisão adotada pelo gestor se mostrar nitidamente em descompasso com o princípio da economicidade, tendo em vista as demais opções legais que estiverem ao seu alcance. (Acórdão 1.195/2008-Primeira Câmara, Relator Augusto Nardes).

19. O TCU também considera irregular a conduta praticada no âmbito do poder discricionário que venha a se mostrar ineficiente ou antieconômica, bem como os gastos excessivos que sejam realizados de forma desarrazoada.

20. Nesse sentido, decisão que apreciou escolha administrativa de gestão sob a ótica da economicidade e da moralidade:

O estabelecimento ou não de um sistema de plantão situa-se na esfera da discricionariedade da administração, segundo a análise de conveniência e oportunidade. Isso, entretanto, não exclui a necessidade de se observarem princípios fundamentais que regem a administração pública, como os da eficiência, da economicidade e da moralidade. (Acórdão 2.329/2006-TCU-Plenário, Relator Ubiratan Aguiar).

21. Na jurisprudência selecionada da Corte, colhem-se diversos outros casos nessa mesma linha, como o entendimento de que devem ser julgadas irregulares as contas do responsável, com aplicação de multa, quando se constata falta de razoabilidade nos gastos de recursos públicos (Acórdão 1.693/2007-TCU-Primeira Câmara, Relator Marcos Bemquerer). No voto condutor da decisão restou assim assentado:

Apesar de a escolha do meio de transporte inserir-se no âmbito da discricionariedade administrativa, não há que se transigir quando o gestor inobserva a razoabilidade nos gastos com o dinheiro público, afastando-se, em consequência, do princípio da economicidade. (Acórdão 1.693/2007-TCU-Primeira Câmara, Relator Marcos Bemquerer)

22. Em julgado recente, que também toma a economicidade como critério para se avaliar a razoabilidade e a legitimidade da escolha discricionária, a Corte assentou que:

A opção administrativa por gastos luxuosos, sem a devida justificativa acerca da necessidade e de forma incompatível com a finalidade da contratação, contraria os princípios da economicidade e da moralidade administrativa. (Acórdão 1.895/2021-TCU-Plenário, Relator Marcos Bemquerer).

23. Em vista de tudo que foi exposto, observa-se que não é estranho à doutrina administrativista e à jurisprudência desta Corte o questionamento de escolhas administrativas e de gestão, ainda que praticadas no âmbito do poder discricionário. Não há dúvida de que essa mesma racionalidade pode ser aplicada a modelos de gestão que se mostrem antieconômicos, ofensivos aos princípios administrativos e desprovidos de fundamentos sólidos que os sustentem.

24. É certo que tais condutas podem vir a ser consideradas irregulares e, na hipótese de se caracterizar dano, devem incidir as normas que propiciam a reparação dos prejuízos sofridos pelo erário.

III

25. Sob a perspectiva da motivação e da fundamentação para a escolha do modelo de gestão de força-tarefa, verifico que faltaram estudos que avaliassem outras alternativas e demonstrassem tecnicamente que esse modelo de gestão era o que melhor atendia ao interesse público, quando considerados tanto a finalidade que se pretendia alcançar quanto o elevado dispêndio de recursos envolvido.

26. Independentemente do grau de autonomia de que se revestem os atos do Ministério Público, essa foi uma decisão administrativa que, como qualquer outra, necessita de motivação como critério de regularidade.

“O dever de motivar consiste na **obrigação de externar razões e fundamentos das decisões administrativas**. Trata-se de um corolário do Estado de Direito, na medida em que constitui uma das formas de justificação do exercício de um poder.” (JORDÃO, Eduardo Ferreira. Controle judicial de uma Administração Pública complexa: a experiência estrangeira na adaptação da intensidade do controle. Sociedade Brasileira de Direito Público, SBDP, 2016).

27. Modernamente, a boa gestão exige que as escolhas administrativas sejam devidamente motivadas e encontrem suporte em fundamentação suficiente, congruente sob a perspectiva racional, sindicável pelos interessados, e largamente baseada em estudos técnicos e jurídicos que permitam a rastreabilidade e a comparabilidade entre alternativas possíveis. Com efeito, a motivação deve demonstrar a necessidade e a adequação da medida adotada, inclusive em face das possíveis alternativas (conforme a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, art. 20, parágrafo único).

“O momento por que passa a humanidade requer a atuação estatal por meio de escolhas administrativas que, para além de uma suposta prevalência do interesse público, **efetivamente sopesem interesses, examinem custos e benefícios à luz de questões técnicas e científicas**, atuem nos riscos à sociedade pluriclasse e a cada cidadão, isto é, de acordo com a realidade e com visão prospectiva.” (GUERRA, Sérgio Antônio Silva. Discricionariedade, Regulação e Reflexividade. Uma Nova Teoria sobre as Escolhas Administrativas. 3ª. ed. - Belo Horizonte: Fórum, 2015.)

“Em especial, nota-se **uma valorização do dever de motivação das decisões administrativas** (...). A ideia é a seguinte: se, por um lado, há riscos de usurpação de competência política na realização de um controle substancial, por outro, os tribunais podem garantir que estas decisões sejam tomadas **de forma transparente e bem-informada**. Deste modo, sem interferir nas escolhas da administração e sem impor as suas próprias, os tribunais contribuem para que as decisões administrativas reflitam os anseios dos cidadãos e/ou estejam expostas a seu crivo.” (JORDÃO, Eduardo Ferreira. Controle judicial de uma Administração Pública complexa: a experiência estrangeira na adaptação da intensidade do controle. Sociedade Brasileira de Direito Público, SBDP, 2016).

28. Sob a ótica da economicidade, afigura-se claramente antieconômica e condenável a escolha por um modelo de gestão que, não obstante interessante para os agentes envolvidos, caracterizava-se por ser mais onerosa ao erário.

“O princípio da economicidade disciplina que o administrador público tem o **compromisso indeclinável de encontrar a solução mais adequada economicamente na gestão da coisa pública**, isto é, a solução ótima, termo modernamente empregado.

(...) determina a **observância da relação custo/benefício, isto é, impõe o controle da despesa em face dos recursos disponíveis, a parcimônia, contenção ou moderação nos gastos**; a ausência de desperdício na execução dos programas; enfim, determina o necessário respeito aos interesses econômicos do povo, que se encontram sob a proteção jurídica do Estado. Portanto, **é o dispêndio dos escassos recursos na quantia necessária**, no momento adequado, à consecução dos objetivos anteriormente propostos em lei.” (COSTA, Luiz Bernardo Dias. Tribunal de Contas: evolução e principais atribuições no Estado Democrático de Direito. Fórum, 2006.)

29. Tem razão o Ministério Público de Contas ao asseverar que a opção adotada pela Procuradoria-Geral da República não representou o menor custo possível para a sociedade brasileira. Ao contrário, garantia aos procuradores participantes o auferimento de vultosas somas a título de diárias, sem que tenham sido minimamente analisadas alternativas mais interessantes sob a perspectiva do Estado.

30. Não é crível que seria impossível promover medidas mais aderentes ao princípio da economicidade na escolha do modelo de força-tarefa. Não há qualquer indício de que teria sido inviável adotar regras de limitação para o pagamento de diárias e passagens, como as utilizadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por exemplo; ou promover remoções temporárias, mediante pagamento de ajuda de custos; ou mesmo realizar concurso de remoção para procuradores que fossem especialistas na matéria objeto da Lava-Jato.

31. Conforme sustenta o Subprocurador-Geral do Ministério Público de Contas Paulo Soares Bugarin em obra acadêmica, “impõe-se afirmar a inexorável repercussão material do princípio da economicidade na necessária análise de custos e benefícios que deve preceder a toda e qualquer alocação de recursos públicos”. (BUGARIN, Paulo Soares. O Princípio Constitucional da Economicidade na Jurisprudência do Tribunal de Contas da União-2a edição. Editora Fórum, 2011).

32. É dizer, o princípio da economicidade impunha a realização de análises de custo-benefício da escolha que foi feita comparativamente a outras alternativas como ato preparatório de uma decisão devidamente informada por parte da autoridade administrativa. Por isso, a observância da economicidade está intimamente ligada às exigências de motivação e fundamentação técnica para as decisões relevantes.

33. Em artigo acadêmico, essa questão também é assinalada por Paulo Soares Bugarin:

“O que se quer neste momento fixar é a idéia-chave de que economicidade reflete uma opção estratégica do constituinte de 1988 **pela racional fundamentação das decisões politicamente motivadas concernentes à alocação do conjunto escasso de recursos públicos a disposição dos agentes delegados da sociedade**, na sua primordial missão de atender, da melhor maneira possível, aos legítimos e urgentes anseios individuais e coletivos presentes em nosso extremamente injusto contexto socioeconômico.



Neste sentido, economicidade, num plano político-econômico, se vincula ao necessário, e ainda não consolidado, **processo de avaliação das decisões públicas sob o prisma da análise de seus custos e benefícios** para a sociedade, ou para a comunidade a que se refere.” (BUGARIN, Paulo Soares. Dimensões significativas do princípio constitucional da economicidade: uma abordagem multidisciplinar. Fórum Administrativo: direito público, Belo Horizonte, v. 3, n. 33, p. 3049-3054, 2003.).

34. Também sob a perspectiva da impessoalidade existem indícios de uma conduta sistematicamente viciada.

35. Em obra acadêmica, o subprocurador-geral do Ministério Público junto ao TCU Lucas Rocha Furtado ressalta a multiplicidade de aspectos do princípio da impessoalidade, abrangendo tanto o **dever de conformidade ao interesse público** quanto o **dever de isonomia** por parte da Administração. Pelo primeiro aspecto, ele se equipara ao princípio da finalidade, de modo que “sempre que o administrador praticar ato de favorecimento ou perseguição, haverá violação ao princípio da impessoalidade porque não se realizou o interesse público”. Pelo segundo, o princípio requer que a lei e a Administração Pública confirmem tratamento isonômico ou não diferenciado a agentes e particulares. (FURTADO, Lucas Rocha. Princípios gerais de direito administrativo. Belo Horizonte: Fórum, 2016).

36. Ou seja, conforme o princípio da impessoalidade, a escolha administrativa deve ser dirigida ao atendimento do interesse público, e não dos fins particulares dos agentes. É evidente que a escolha imotivada por um modelo mais custoso ao erário no intuito de beneficiar agentes públicos não está aderente a essa diretriz. Já na outra vertente, o mesmo princípio exigiria que estivessem claros os critérios técnicos que regeram a definição administrativa sobre quais agentes iriam integrar a equipe da força tarefa.

37. O modelo ora impugnado envolveu a escolha de procuradores e o pagamento reiterado e ilimitado de diárias e passagens àqueles que, porventura, não residiam em Curitiba. Esse modelo viabilizou uma indústria de pagamento de diárias e passagens a certos procuradores escolhidos a dedo, o que é absolutamente incompatível com as regras que disciplinam o serviço público brasileiro.

38. Tive o cuidado de solicitar minha assessoria, composta de Auditores Federais de Controle Externo concursados, que trabalhasse analiticamente os dados encaminhados pela Procuradoria-Geral da República (TC 026.997/2020-7, peça 17) e os números resultantes saltam aos olhos. Examinando as informações, encontramos casos como o do Procurador da República Diogo Castor de Mattos, que recebeu R\$ 387 mil em diárias para atuar na Lava-Jato de 2014 a 2019 em Curitiba, mesmo residindo naquela capital à época dos trabalhos da força-tarefa.

39. Caso semelhante seria o de Orlando Martello Junior, oficialmente lotado em São Paulo, mas casado com uma procuradora residente em Curitiba. O deslocamento do procurador à capital do Paraná no período de 2014 a 2021 resultou no pagamento de R\$ 461 mil em diárias, além do dispêndio de R\$ 90 mil em passagens.

40. Há, ainda, o caso de Carlos Fernando do Santos Lima, que atuou na Lava-Jato de 2014 a 2018 e recebeu R\$ 361 mil a título de diárias, além de ter dado ensejo ao pagamento de passagens que somaram mais de R\$ 88 mil; de Antonio Carlos Welter, que recebeu R\$ 506 mil em diárias e deu origem a gastos de R\$ 186 mil com passagens; de Januário Paludo, a quem foram pagos R\$ 391 mil em diárias e que deu causa ao pagamento de R\$ 87 mil em passagens, entre outros.



41. Denota-se que um pequeno grupo de procuradores, que de modo algum retrata a imensa maioria dos membros do Ministério Público Federal, tivesse descoberto uma possibilidade de aumentar seus ganhos privados e favorecer agentes amigos, no âmbito da atividade funcional de combate à corrupção, admitindo-se como práticas naturais o patrimonialismo, a personalização e a pessoalidade das relações administrativas. Criavam-se, então, regras particulares e se toleravam os benefícios pontuais, evidentemente não extensíveis à sociedade como um todo ou mesmo aos demais membros do Ministério Público Federal.

42. Optou-se por um modelo de gestão que se amolda com perfeição às palavras precisas do Ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, em artigo publicado no Jornal O Globo:

“A face negativa do jeitinho é bem conhecida de todos nós. Ela envolve a personalização das relações, para o fim de criar regras particulares para si, flexibilizando ou quebrando normas que deveriam se aplicar a todos. Esse pacote inclui o improviso, a colocação do sentimento pessoal ou das relações pessoais acima do dever e uma certa cultura da desigualdade que ainda caracteriza a vida brasileira.” (BARROSO, Luis Roberto. Ética e Jeitinho Brasileiro. O Globo, 3.9.2017).

43. Fica evidente que o modelo construído atenta contra o princípio da impessoalidade, tanto por privilegiar os agentes administrativos em detrimento do interesse público, quanto por não adotar critério imparcial para a escolha desses mesmos agentes.

IV

44. Avaliadas as condutas em exame sob todos esses prismas, considero no mínimo questionáveis as escolhas administrativas feitas no âmbito do Ministério Público Federal.

45. Vislumbrou-se num modelo que deveria ser aplicado a situações eventuais e excepcionais a chance de dar aparência de legalidade a uma prática antieconômica, imoral, ímproba, lesiva aos cofres públicos e, por tudo isso, manifestamente irregular.

46. Todas as semanas, o Tribunal de Contas da União condena dezenas de prefeitos e administradores que, sem qualquer estrutura administrativa minimamente razoável, praticam atos de gestão considerados irregulares. Entendo que neste processo estamos diante de condutas que não teriam sido praticadas no âmbito de uma prefeitura administrada por amadores, desde que seus gestores agissem com o mínimo de cautela e cuidado com a coisa pública. Tenho convicção de que o modelo de gestão escolhido no âmbito do Ministério Público Federal não teria sido adotado por administradores atentos e zelosos do seu dever ou por esses mesmos agentes se estivessem na condução de seus negócios privados.

47. Afasto, de pronto, qualquer alegação de que, não obstante as irregularidades, a Operação foi exitosa em termos de benefícios econômicos. Trata-se de argumento utilitarista a um só tempo desonesto tanto com a instituição quanto com o pagador de tributos, que arca com o custo da máquina administrativa.

48. Esse, aliás, é o típico argumento que serviria para justificar até mesmo a hipotética apropriação privada de valores bilionários recuperados no bojo de uma operação de combate à corrupção, seja para alocação nos cofres de uma ONG amiga, seja para pagamento de campanhas publicitárias, seja para a remuneração de palestras de agentes públicos elevados à categoria de “*pop stars*” e no futuro, quiçá, candidatos a cargos eletivos.



49. Certo é que, não obstante a força-tarefa tenha produzido resultados expressivos, optou-se, deliberadamente, por um formato antieconômico que causou danos aos cofres públicos visíveis *primo ictu oculi*.

50. Resta configurado, portanto, dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo e antieconômico (Regimento Interno do TCU, art. 209, incisos II e III). Diante desse cenário, cumpre à Corte de Contas adotar as medidas a seu cargo para recuperar gastos que não foram geridos conforme a boa e regular gestão dos recursos públicos, em especial considerando os princípios da economicidade e da impessoalidade (Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso I, 5º, inciso II, e 16, c/c Regimento Interno do TCU, art. 209).

51. Pelo dano, devem responder tanto os agentes responsáveis pelos atos irregulares quanto aqueles que dele se beneficiaram de maneira imprópria (Constituição Federal, art. 71, inciso II, c/c Lei 8.443/1992, art. 16, § 2º, “b”, e Regimento Interno do TCU, art. 209, §§ 5º e 6º). Quanto à quantificação do dano, deve feita a partir dos valores que excedem as despesas que teriam sido arcadas pelo erário caso adotado outro modelo, como a mera remoção dos interessados a atuar na dita Operação.

V

52. Ante todo o exposto, considerando as irregularidades caracterizadas nestes autos, em linha com o exposto neste despacho e em total aderência à manifestação Ministério Público de Contas, encaminhem-se os autos à SecexAdministração para que:

52.1. apure a diferença entre os custos com diárias e passagens e aqueles que teriam sido despendidos caso fosse realizada a remoção de interessados para atuar na força-tarefa da Lava-Jato;

52.2. identifique e elabore proposta de citação dos procuradores que propuseram o modelo de força-tarefa adotado na Lava-Jato;

52.3. identifique e elabore proposta de citação do Procurador-Geral que autorizou a constituição da força-tarefa, considerando não haver restado descartada a possibilidade de ela ter sido criada com o viés de beneficiar os procuradores envolvidos;

52.4. identifique e elabore proposta de citação dos Procuradores-Gerais que autorizaram os pagamentos referentes a diárias e passagens no modelo de força-tarefa escolhido;

52.5. identifique e elabore proposta de citação dos Secretários-Gerais que autorizaram os pagamentos referentes a diárias e passagens no âmbito da força-tarefa no modelo escolhido;

52.6. promovidas as apurações, submeta a este Relator as propostas de citação;

52.7. em adição, avalie em que medida outras forças tarefas podem ter incorrido nas mesmas falhas, ficando desde já autorizadas as diligências dirigidas ao Ministério Público Federal com o intuito de buscar maiores informações necessárias para essa análise ou as demais para a instrução do feito.

À SecexAdministração.

Brasília, <<DATA>>



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Ministro Bruno Dantas

(Assinado eletronicamente)

Ministro BRUNO DANTAS

<<FUNCAO>>